

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA RIBEIRINHA - 2023

-----Ao vigésimo sexto dia de abril de dois mil e vinte e três pelas vinte horas e sete minutos, teve lugar no edifício sede da Junta de freguesia da Ribeirinha, sito à Rua da Igreja, número duzentos e vinte e sete, a primeira sessão ordinária da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, presidida por João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Secretariada por Ana Maria Gomes Codorniz Costa e Ângela Fátima Pereira Borges Pires, na qualidade de primeira e segunda Secretárias respetivamente.-----

-----Procedeu-se à chamada dos membros eleitos presentes, a saber: -----

Pelo grupo do partido social democrata: -----

-----João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima -----

-----Ana Maria Gomes Codorniz Costa-----

-----Ângela de Fátima Pereira Borges Pires-----

-----Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda-----

-----Marta Maria Vitoria Baião Ventura-----

Pelo grupo do partido socialista:-----

-----José Élio Valadão Ventura-----

-----Emiliana Pires Gaspar-----

-----Francisco Pontes Luís de Melo-----

-----António Gonçalves Toste Parreira-----

Pela Junta de Freguesia da Ribeirinha:-----

-----Alberto Goncalves de Melo-----

-----Helena do Carmo Ferreira Freitas Toste-----

-----João Davide Pires Leal-----

-----O Presidente da Assembleia verificou as identidades de todos os elementos presentes, em conformidade com o artigo 78 conjugado com o artigo 79 da Lei n.º 169/99 de dezasseis de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de onze de janeiro, alterada pela Lei n.º 67/2007, de trinta e um de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de trinta de novembro e pela Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.-----

-----Foi apresentado por; Marília de Fátima Meneses Soares Luís, Dilia Parreira Pacheco e Osvaldo Manuel Diniz Lima, elementos do partido social-democrata, um pedido de substituição, enquanto

membro da Assembleia, por motivo de ausência inferior a trinta dias, nos termos do previsto no artigo 78º da lei 169/99, de dezasseis de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2022, de onze de janeiro, alterada pela lei nº 67/2007, de trinta e um de dezembro, pela lei orgânica nº 1 /2011, de trinta de novembro e pela lei nº 75/2013, de doze de setembro.-----

Nos termos do artigo 79º da lei nº 169/99, de dezasseis de setembro, com as alterações supra citadas é assim, substituído o eleito Osvaldo Manuel Diniz Lima pelo elemento seguidamente posicionado na respetiva lista, Marta Maria Vitória Baião Ventura.-----

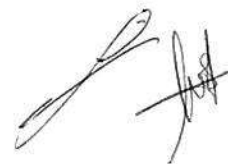
-----**Período antes da ordem do dia**-----

-----O Presidente da Assembleia deu início à Sessão informando que a Ata da Assembleia da sessão ordinária de vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e dois havia sido remetida por *e-mail* atempadamente a todos os membros presentes naquela reunião, propondo agora a submissão da mesma a votação. Não havendo qualquer objeção esta foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor.-----

-----José Élio Ventura interveio referindo-se à forma simples e objetiva como a última Ata havia sido apresentada, salientando que esta caracterizou bem o que se tinha passado na reunião.-----

-----O Presidente da Assembleia agradeceu o elogio e pediu ao Executivo para que, logo que possível, a Ata hoje aprovada esteja disponível no *site* da Junta de Freguesia. Quanto à correspondência recebida/expedida por este órgão desde a última reunião, esta foi a convocatória para a presente Assembleia, solicitando a dispensa da sua leitura, uma vez que esta é do conhecimento de todos os membros da Assembleia. Além da convocatória foi recebido um convite da parte do Senhor Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A. para a Cerimónia de Inauguração do Sistema de Armazenamento de Energia da ilha Terceira, que teve lugar a treze de março, pelas 16 horas, não tendo sido possível a presença do Presidente da Assembleia por ter sido no seu horário laboral. De forma que todos tivessem conhecimento do seu teor, este solicitou à secretária Ângela Pires a leitura do referido convite.-----

-----Posto isto, O Presidente da Mesa deu previamente uma breve explicação sobre o funcionamento da sessão, referindo-se ao artigo 22º, ponto um do Regimento Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, ou seja, alertou para o cumprimento dos sessenta minutos para o período antes da ordem de trabalhos e que cada membro da Assembleia e Executivo só poderia intervir pelo tempo máximo de dez minutos e de uma só vez, pedindo ainda que não haja interpolações nas intervenções. Este deixou assim, à consideração dos membros eleitos à Assembleia de Freguesia a possibilidade de formularem questões relacionadas com a administração direta do órgão de freguesia.-----



-----José Élio Ventura deu nota de que tinha colocado na última reunião da Assembleia um conjunto de questões, às quais não obteve resposta pelo facto do Presidente da Junta não ter estado presente, e disse que pressupõe que este tenha sido informado sobre as mesmas, aguardando assim, resposta às questões formuladas naquela reunião.-----

-----António Toste, usando da palavra, disse que os documentos (despesas da obra da Canada do Capitão, os apoios dados tanto da festa do dia da freguesia, bem como dos apoios dados pela festa do Natal) exibidos pelo Executivo estão bem apresentados, referiu que tais documentos foram insistentemente solicitados pelo grupo do PS, deu ainda reparo à falta do mapa de fluxos de Caixa desagregados, o que na sua opinião faz falta para uma melhor análise. Falando sobre a marcha da Ribeirinha disse que o assunto do pagamento dos tecidos da marcha começou mal e acabou mal, pois foi a Junta que passou uma guia de receita apenas a um elemento da marcha, a senhora Judite Lima, quando é sabido que foram todos os elementos que pagaram. Sobre o mesmo assunto questionou ainda o Executivo como correu a ida da marcha à ilha do Pico. Quanto ao problema da limpeza dos poços que estão nos seus terrenos, referiu a necessidade de serem limpos manualmente porque acumula terras e monda o que pode provocar transbordo como já aconteceu. Alertou que se tal voltar a acontecer em altura da cultura dos milho irá ter prejuízo e se assim ocorrer terá de reclamar as despesas à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal. Pronunciou-se também sobre o assunto da carrinha do Centro Social e Paroquial. Dizendo que, na sua opinião, a Junta de Freguesia precisa e muito de uma carrinha de nove lugares para ajudar as suas coletividades e cidadãos da freguesia. Referiu ainda que a carrinha tem sido solicitada diretamente ao Centro Social e Paroquial e que este não tem forma de acarretar com as despesas da mesma para dar apoios a outras coletividades da freguesia. Mencionou também que a Junta não se deve por de fora, pois para a Direção do Centro Social e Paroquial já lhes é complicado apoiar os idosos do Centro e as crianças do ATL e que o centro sendo uma IPSS não dispõe de situação financeira que permita sustentar outras coletividades da freguesia. Ainda sobre a questão da carrinha, disse que numa fase experimental foi oferecido ao Centro e a outras coletividades um *voucher* de trinta euros por mês para as despesas de gasóleo, questionou de novo o Executivo se este modelo será para manter, ou se há outra perspetiva de ajuda para as despesas com o gasóleo da carrinha.-----

-----Emiliana Gaspar retomou o assunto do Campo de Férias, já debatido em reuniões anteriores, para manifestar o descontentamento do Grupo do PS relativamente ao *e-mail* enviado pelo Executivo da Junta de Freguesia à Direção da Casa do Povo da Ribeirinha, onde, de acordo com a mesma, o Executivo da Junta de Freguesia tenta deturpar as questões levantadas pelo grupo do PS, querendo

fazer parecer que o Grupo do PS tinha levantado questões relacionadas com a “legalidade” do Campo de Férias, quando o que estava em causa era se o mesmo tinha tido ou não o financiamento da Direção Regional da Juventude. Emiliana Gaspar reiterou que a questão colocada não surge “no seguimento da transcrição das Atividades realizadas em parceria com a Casa do Povo”, mas sim porque a Junta de Freguesia apresentou o Campo de Férias como uma atividade da Junta que foi realizada com a cooperação da Casa do Povo, o que, segundo a mesma, são situações bastante diferentes e que tratando-se de uma atividade promovida pela Junta (dado que foi apresentada em Assembleia como tal), tendo o apoio da Direção Regional da Juventude (DRJ), garantia um apoio financeiro à sua realização, ao pagamento dos seguros e das monitoras (aliviando o investimento que a Junta de Freguesia teria que fazer a expensas próprias e garantindo a realização dos respetivos seguros). Emiliana Gaspar esclareceu que todo o problema surgiu apenas porque face à questão colocada (se o Campo de Férias tinha tido o apoio da DRJ) a Sra. Secretária do Executivo respondeu perentoriamente que sim, informação esta que era contraditória à da DRJ, que numa publicação efetuada no *Facebook* (e depois confirmada com a DRJ) não publicitou o apoio de qualquer campo de férias na Ribeirinha. Emiliana Gaspar concluiu referindo que lamentavelmente e quando estava em causa apenas o assumir de uma informação inicialmente dada de forma errada à Assembleia, o Executivo aproveitou esta situação para tentar deixar mal os elementos do PS, passando a informação de forma imprecisa à Casa do Povo, adulterando aquilo que, na verdade, era a única questão (o campo de férias ter tido ou não o apoio da DRJ). Pediu então, que fique registado em Ata que o que a mesma questionou foi apenas se o Campo de Férias tinha sido financiado pela Direção Regional da Juventude e que tipo de parceria tinha havido entre a Junta e a Casa do Povo, concluindo que pelo exposto esta atividade foi da Casa do Povo com o apoio da Junta. Esta alertou ainda para um maior cuidado na escrita do documento das atividades, de forma que seja perceptível que atividades foram de facto executadas pela Junta de Freguesia e em que atividades esta autarquia foi apenas parceira ou entidade financiadora.-----

-----O Presidente da Assembleia usou da palavra para dar os parabéns à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo pelas obras de reposição do teto da moradia do senhor João Melo, criando condições de habitabilidade do mesmo. Este também deu realce à intervenção efetuada na Grotta do Vale, com as lombas e mudança do sinal de trânsito. No entanto, solicitou ajuda para que a Junta interceda junto da PSP para que haja uma maior vigilância naquela zona, pois mesmo com a mudança do sinal, os automobilistas continuam a sair do STOP sem fazerem a devida paragem, colocando, assim, em causa a segurança de quem por ali circula e deixando uma má

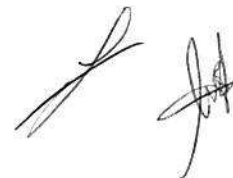


imagem da freguesia.-----

-----O Presidente da Junta interveio aludindo o assunto do cemitério discutido na anterior reunião da Assembleia em que esteve ausente. Disse que o procedimento da abertura das sepulturas é o já habitual, ou seja, a agência funerária contata com a Junta de Freguesia, e em consonância entre a secretária da Junta e o coveiro é escolhida a sepultura a ser usada. O caso relatado na anterior Ata foi um lapso, pois foi aberta indevidamente uma sepultura. Como Presidente desta edilidade este disse assumir tal responsabilidade, com o compromisso de um maior cuidado para que o mesmo não volte a acontecer. Numa tentativa de mitigar o lapso acontecido foi feita uma Declaração de Compromisso de Honra. Esta foi um acordo entre a Junta e o Senhor Artur Eugénio da Rosa Alves, ou o seu representante, o Senhor João Pedro da Silva Toste, e a Senhora Helena Cândida Martins da Rocha, ou seus legais herdeiros. Todas as partes acordaram em que, no decorrer do segundo semestre do ano de 2030, sejam inumadas as ossadas do familiar do Senhor Artur Eugénio da Rosa Alves que se encontra sepultada na sepultura nº 325, pertença da Senhora Helena Cândida Martins da Rocha, para que os mesmos fiquem sob a responsabilidade do Senhor Artur Eugénio da Rosa Alves, ou o seu representante, o Senhor João Pedro da Silva Toste. Ficando salvaguardado, que a sepultura é pertença da Senhora Helena Cândida Martins da Rocha, ou seus legais herdeiros e os quais poderão encurtar o uso da mesma num período inferior ao previsto, em caso de falecimento de algum familiar, sendo que em tal situação, a Junta de Freguesia informará o Senhor Artur Eugénio da Rosa Alves, ou o seu representante, o Senhor João Pedro da Silva Toste, assegurando a entrega das ossadas do seu familiar na morada por ele indicada, responsabilizando-se por eventuais despesas associadas ao processo. Concluiu que todas as partes concordaram e assim, assinaram a declaração de compromisso de Honra.-----

-----De seguida Alberto Melo falou sobre a lotação das sepulturas do cemitério da Ribeirinha, dizendo que o mesmo tem no total, quatrocentas e oitenta sepulturas, estando concessionadas duzentas e setenta e cinco, ou seja 58% e ainda por concessionar duzentas e cinco sepulturas, ou seja 42%. Disse, assim, que ainda há margem para concessionar sepulturas, pois é pratica corrente não se concessionar 30% do total das sepulturas dos cemitérios.-----

-----Continuando o assunto abordado, o Presidente da Junta disse ter diligenciado informação junto da Câmara sobre o regulamento dos cemitérios e foi-lhe informado que o tempo para a abertura das sepulturas varia consoante os terrenos dos cemitérios. Mencionou que, normalmente, o prazo de abertura de uma sepultura é de sete anos, mas pelo Regulamento do cemitério da Ribeirinha é permitido abrir-se qualquer sepultura no decorrer do período legal de inumação de três anos. Pelo

relatado, o Presidente da Junta disse achar ser conveniente fazer-se uma atualização ao Regulamento em vigor.-----

-----De seguida, o Presidente da Junta falou da ida da marcha à ilha do Pico, disse que foram alguns elementos por sua iniciativa, pois já era sabido que a marcha não iria dançar, uma vez que a data facultada pela Câmara de S. Roque para a marcha dançar seria o dia já marcado para o regresso à ilha Terceira. A vereadora da Câmara assumiu o erro e, como forma de atenuar o lapso, convidou a marcha a participar nos próximos festejos da Vila. Seguidamente, falou sobre o problema apresentado da limpeza dos poços. Disse que estes foram limpos, mas que vão ser limpos manualmente este ano pelo pessoal da Junta de Freguesia. No que respeito à carrinha do Centro Social, este disse que a Junta tinha tido uma reunião com o Centro Social e que continuarão a dar o apoio para o gasóleo. Quanto há hipótese de uma possível parceria da carrinha entre a Junta e o Centro Social será assunto a ponderar. Quanto ao problema dos acidentes persistentes na Grotta do Vale, o Executivo tem pressionado a Secretaria das Obras Públicas numa tentativa de resolução. A Junta deu algumas sugestões entre as quais uma rotunda ou a colocação de semáforos, só que lhes foi comunicado pela mesma Secretaria de que a solução da rotunda não será viável, uma vez que há um grande desnível no caminho. Quanto à colocação dos semáforos, ainda está em estudo tal hipótese. Nesta fase colocaram as lombas, com a perspectiva de que atenuem o número de acidentes. Sobre este último tema o Presidente da Junta reiterou que na sua opinião há essencialmente uma falta de respeito pelo código de estrada.-----

-----António Toste informou o Presidente da Junta que o atual Regulamento do Cemitério da Freguesia foi elaborado de acordo com a minuta disponibilizada pela ANAFRE, disse ainda que, quanto à inumação após três anos, segunda a informação recolhida há época era possível desde que fossem usados produtos químicos, norma usada no Continente. Devido às condições do terreno do cemitério da Ribeirinha, as sepulturas têm sido abertas num período compreendido entre cinco e os sete anos e que, enquanto membro do órgão Executivo da autarquia da Ribeirinha nunca houve qualquer problema com a abertura de sepulturas.-----

-----Helena Toste tomou a palavra esclarecendo que no *email* para a Direção da Casa do Povo, sobre o Campo de Férias usou as palavras que achou adequadas, para transmitir o que lhe havia sido solicitado.-----

-----Período da ordem do dia-----

Ponto Um - Atividade da Junta de Freguesia relativa ao período de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois a treze de abril de dois mil e vinte e três.-----



-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta Alberto Melo. Este último iniciou a sua intervenção, fazendo uma leitura e explicação do documento das atividades da freguesia no último trimestre, conforme documento antecipadamente enviado a todos os membros da Assembleia de Freguesia.-----

-----António Toste interveio dizendo ser necessário uma explanação e não apenas a leitura do documento, uma vez que este já está na posse de todos os membros da Assembleia.-----

-----Em consonância com o referido por António Toste, o Presidente da Assembleia também sugeriu que fosse apenas dado uma explicação dos pontos mais importantes.-----

-----O Presidente da Assembleia deu de novo a oportunidade aos membros eleitos de levantarem eventuais questões, dúvidas ou esclarecimentos ao Executivo.-----

-----José Élio Ventura deu uma nota prévia sobre o assunto da moradia do senhor João Melo destacando o senhor Francisco Melo como sendo uma das pessoas envolvidas na resolução deste processo, dizendo que este não resolveu o problema, mas também sabe que o caminho faz-se caminhando, e nem tudo é resolvido como se quer. Deu ainda nota da falta de cuidado na escrita do relatório das atividades que apresenta diversas repetições. Referiu que isto resulta da ânsia de apresentar trabalho mesmo quando este não é feito pela Junta. Questionou ainda, sobre as obras de requalificação do Biscoito da Ribeirinha, se foi intervencionada a via toda ou só uma parte. Quanto à desratização perguntou qual o critério usado na distribuição dos raticidas. Pediu ainda o ponto da situação sobre a reunião do Executivo com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, bem como sobre o encontro sobre a canada do Serriola. Continuando a sua intervenção José Élio Ventura aludiu que na última reunião já tinha feito referência aos compromissos eleitorais apresentados no manifesto do PSD, em que, por exemplo, eram mencionadas intervenções em diversas canadas, como a Canada do Salgado e a canada da Serreta. Questionou, então, o que vieram fazer os membros do Governo Regional à Ribeirinha na altura da campanha eleitoral, por exemplo o Secretário da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e que, até agora, nada fizeram no que respeita ao alargamento e melhoria do piso das referidas canadas. E quanto aos postos de abastecimento de água aos lavradores, principalmente o da Canada da Praia, em que nada se fez de novo, pois já era sabido há muito tempo que este estava sem condições de utilização. No que respeita ao *minibus* continuamos com a forte expectativa da sua aquisição. Quanto ao Gabinete de Apoio ao Agricultor, reforçou a ideia de que tal como está significa que estamos a deitar fora dinheiro público, uma vez que o senhor Presidente da Junta tinha assegurado que se iriam fazer candidaturas ao apoio ao rendimento dos agricultores na freguesia da Ribeirinha, questionando assim, se até ao momento já

foi feita alguma candidatura. Questionou ainda o Presidente da Junta quanto a um eventual alargamento do perímetro do ordenamento agrário, de modo a abranger terrenos agrícolas da parte oeste da Ribeirinha. Perguntou também sobre outras promessas eleitorais como por exemplo o acompanhamento diurno ao idoso, o acompanhamento ao doente deslocado, a criação de um banco solidário de material ortopédico, o regulamento para os apoios a conceder às coletividades, a criação de uma escola de parapente e a criação de um roteiro turístico. Disse ainda que, na sua opinião, a recente reunião em que participaram vários representantes do Governo Regional para abordar as eventuais obras na Canada do Serriola, não passou de um conjunto de intenções. Apesar disso, é importante não se ficar por aí. Há que dar continuidade. Em jeito de conclusão salientou que as questões apresentadas se referem às propostas eleitorais e que, passado um e meio de mandato ainda nada se fez na freguesia da Ribeirinha.-----

-----O Presidente do Executivo tomou da palavra e afirmou dizendo que o Governo Regional não tem dinheiro, referindo que a reunião sobre a Canada do Serriola foi sem dúvida o início para que, futuramente, se concretize a obra. Quanto ao alargamento do perímetro do Ordenamento Agrário, este foi solicitado, não havendo ainda resposta. Quanto aos outros pontos questionados, ainda estão em fase de trabalhos.-----

-----José Élio Ventura referiu que tinha ficado com a ideia de que iria ser feito um estudo para criar um perímetro ou proceder ao alargamento do existente. Considerou haver um grande potencial agrícola na Ribeirinha que poderia ser aproveitado, pois os perímetros são feitos onde os solos são melhores. Mencionou também que tinha a ideia de já tinha sido pedido o alargamento do perímetro do ordenamento agrário e que este seria desde a Serra da Ribeirinha até à freguesia de São Bento. Questionou ainda sobre qual o mecanismo para o IROA poder intervir na Canada do Serriola.-----

-----Seguidamente, António Toste mencionou que a Ata anterior estava bem, mas que houve algumas questões colocadas na anterior reunião que não foram relatadas na mesma. Quanto à questão do *minibus* afirmou que anteriormente o Presidente da Junta disse que a Junta não precisava de uma carrinha de nove lugares. Todavia no próprio manifesto eleitoral do atual Executivo é mencionado a necessidade de adquirir um *minibus* para servir a freguesia, daí não entender o facto de este dizer não precisar da carrinha. Quanto ao abastecimento de água à lavoura, disse que tal problema deve ser resolvido junto do IROA e do Governo Regional. No que concerne ao transporte das crianças, alguns pais manifestaram-lhe o seu descontentamento por ter deixado de existir o transporte para as crianças que não estão abrangidas pelo protocolo de distribuição das crianças da escola. Referiu assim que, na sua opinião, é a Junta que deve assumir e garantir o transporte às crianças da escola

da Ribeirinha. Aguarda, deste modo, um esclarecimento do Presidente da Junta quanto a esse assunto.-----

-----O Presidente da Junta referiu que a Junta não precisa de uma carrinha, mas que gostaria de ter. Relativamente ao *minibus*, disse que já recorreram a várias instâncias e até agora não foi possível encontrar uma solução para a aquisição do transporte coletivo. Quanto ao transporte escolar disse que os pais nunca reclamaram sobre a ausência do transporte das crianças que não estão abrangidas pelo mesmo, disse ainda que já tiveram uma reunião na escola e que não houve reclamação por parte dos pais. Inicialmente, a Junta tinha um plano para oferecer o transporte às crianças que não estão abrangidas pelo protocolo, mas dado não ter havido reclamações acabou por não ser posto em prática. Referiu, assim, ficar admirado os pais dessas crianças terem manifestado interesse no transporte junto a António Toste, quando nunca o fizeram chegar essa necessidade à Junta de Freguesia.-----

-----O Presidente da Assembleia interveio dizendo que o Posto de Apoio ao Agricultor tem várias valências necessárias para a freguesia. Quanto à Ata considerou ser contraditório da parte de António Toste, pois este referiu que a Ata estava bem feita e depois referiu que existiram coisas que foram ditas e que não foram lavradas em Ata. Disse de novo que foi a mesma enviada por *email* a todos os membros da Assembleia, com a devida antecedência da data da presente reunião de forma que todos os membros se pudessem manifestar sobre o conteúdo da Ata e que o membro da Assembleia que agora reclama não deu nota dessas questões na devida altura.-----

-----António Toste mencionou que considerou não ser um aspeto muito importante, por isso não apresentou sugestão de melhoria da Ata. Lamentou o facto do Presidente da Junta dizer que não precisa de uma carrinha, mas, que gostava de ter. Referiu ainda que segundo o Presidente da Junta a canada de servidão junto da Grota da Chouriça será executado numa segunda fase. No entanto perguntou como esta obra poderá ser feita uma vez que não está no orçamento para este ano. Insistiu dizendo que sabe, pois alguém com responsabilidade lhe disse que foi o Presidente da Junta que pediu para que a canada fosse asfaltada apenas até aquele sítio. Mencionou ainda que, a Junta sendo parte interessada, deveria estar empenhada na conclusão da obra da referida canada.-----

-----Alberto Melo contrapôs dizendo que o mencionado por António Toste era falso. Referiu ainda que antes da dita canada ser asfaltada foi-lhe comunicado por Maurício Toledo que a mesma iria sofrer uma intervenção. Quanto à continuação dos trabalhos na mesma, o Executivo tem enveredado esforços junto do IROA, enviou um ofício ao delegado do IROA, Maurício Toledo numa de forma de pressionar a conclusão da asfaltagem da referida canada. Continuou informando que o ofício foi

respondido por *email*, relatando que dado o atual contexto não será possível a conclusão da asfaltagem da referida canada nesta fase, garantindo que quando houver disponibilidade para tal, será concluída a asfaltagem da mesma.-----

-----José Élio Ventura solicitou ao Presidente da Mesa da Assembleia, cópia do ofício enviado pela Junta de freguesia a solicitar a asfaltagem do restante da canada e do *email* recebido com a resposta por parte do Maurício Toledo. Referiu ainda que o Presidente da Junta já tinha afirmado noutra Assembleia de Freguesia que já tinha o compromisso para a asfaltagem da restante canada. Disse ainda que na sua opinião o pedido por escrito para a asfaltagem da restante canada foi bem feito, todavia acha que o IROA está a tentar não cumprir o prometido.-----

-----Emiliana Gaspar interveio considerando que a forma como foi redigido o documento “Atividades Desenvolvidas pela Junta de Freguesia” deverá ser mais cuidada de forma que seja clara a intervenção da Junta de Freguesia em cada atividade, isto é, em que seja claro aquelas em que a Junta de Freguesia é de facto promotora e aquelas em que é apenas parceira e/ou entidade financiadora. Disse ainda que este é um documento importante que deverá ser aprovado pelos elementos da Assembleia daí a necessidade da sua correta e fidedigna redação. Insistiu referindo que, na sua opinião, estão inscritas atividades no documento que não foram realizadas pela Junta, considerou assim, lamentável a forma como o documento foi redigido. Por exemplo, relativamente às atividades sociais e lúdicas há um ponto no documento que refere “Projeto de desenvolvimento sócio emocional, promover competências de resiliência, promover autoconhecimento”. Esta questionou em que consiste o referido projeto, qual o público-alvo e qual a intervenção da Junta no mesmo. No que concerne ao ponto “Desenvolvem-se aulas de instrumentos de corda na Ribeirinha em colaboração com a Casa do Povo” esta perguntou quando é que estas foram desenvolvidas e qual o papel da Junta nesta atividade. Continuou a sua intervenção dizendo que o Executivo é pago pelas funções que desempenha, por isso deverá apresentar um documento das Atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia, de forma mais cuidada e esclarecedora.-----

-----Alberto Melo respondeu dizendo que as aulas de viola e violão são da responsabilidade de Tiago Toste e é uma atividade em colaboração com a casa do Povo, uma vez que a Junta cedeu uma sala da antiga escola e ainda colaborou na divulgação da atividade na página do *Facebook* da Junta.-----

Face à explicação dada, Emiliana Gaspar considerou então que, por exemplo, neste caso, o que devia ter sido redigido no relatório de Atividades era “Apoio através da cedência de sala para a realização de ...”, dado que não é a Junta de Freguesia a promotora destas aulas de instrumentos de corda. Face ao exposto, Emiliana Gaspar referiu que a infeliz conclusão a que chegam é que face ao trabalho que

a Junta não está a realizar, de coisas importantes para o desenvolvimento da ribeirinha, a Junta inscreve atividades no relatório de atividades, redigidas de forma ambígua, que não foram realizadas por si, para que pareça que foram querendo assim fazer parecer que está a fazer muita coisa.-----

-----Quanto ao projeto de desenvolvimento sócio emocional “Promover competências de resiliência, promover autoconhecimento”. Helena Toste informou que o Executivo foi contactado por uma psicóloga a pedir colaboração da Junta de Freguesia com a cedência de um espaço para esta continuar com o projeto que já tinha implementado juntos dos alunos da escola da Ribeirinha.-----

-----Face à explicação dada, Emília Gaspar reiterou que, uma vez mais, o que se pede é que sejam claros na redação. Por exemplo, neste caso, o que devia ter sido redigido no relatório de Atividades era “cedência de espaço para desenvolvimento de projeto...”. Reiterou que não podem aprovar um relatório de atividades do trimestre que diga “projeto desenvolvido...”, dado que ao fazerem estão a aprovar/validar que a Junta desenvolveu um determinado projeto, quando na realidade a Junta não o fez.-----

-----Por sua vez, Rui Miranda interveio falando sobre a remoção da estrutura metálica da EB1/JI da Ribeirinha devido ao vento forte que se fez sentir na ilha Terceira. Questionando o Executivo para quando se prevê a cimentação da referida estrutura.-----

-----Seguidamente, Alberto Melo respondeu que devido às más condições atmosféricas foi necessária a remoção da referida estrutura metálica do Pavilhão da referida escola e que a mesma oportunamente será cimentada, pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

-----Sobre este aspeto Ângela Pires questionou se o que foi feito foi em toda a Escola ou só na parte do Pavilhão, alertando, que também neste ponto o Executivo não é claro na sua redação, dado que no relatório de Atividades escreveu de “toda a escola”, quando na realidade se trata da estrutura apenas do pavilhão.-----

Ponto dois - Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, bem como respetiva avaliação.-----

-----O Presidente da Assembleia deu nota que o documento será apenas apreciado e não votado. Cedeu, de seguida, a palavra ao Presidente da Junta Alberto Melo.-----

-----Usando da palavra, o Presidente da Junta referiu que o mapa do inventário do Património da freguesia, com o período de relato de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro do mesmo ano, enviado por *email* a todos os membros da Assembleia corresponde a tudo o que a Junta tem em seu poder.-----

-----O Presidente da Assembleia deixou à consideração dos membros da mesma a formulação de questões ao órgão Executivo relativamente a este ponto.-----

-----António Toste usando da palavra, questionou se esses valores são sempre os de referência ou se é contemplado as amortizações.-----

-----João Leal interveio explicando que o valor relatado é sempre o valor da aquisição, mesmo quando o bem é abatido.-----

-----Não havendo mais questões o Presidente da Assembleia, deu o ponto dois da ordem de trabalhos como devidamente apreciado pela Assembleia de Freguesia.-----

Ponto três - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de 2022.-----

-----Concedida a palavra pelo Presidente da Assembleia ao Presidente da Junta Alberto Melo, este solicitou ao Tesoureiro João Leal que fornecesse as informações relativas a este ponto.-----

-----No cumprimento do ponto da ordem do dia, João Leal procedeu aos esclarecimentos tidos por necessários através da explicação dos documentos enviados por *email* a todos os elementos da Assembleia de Freguesia. Este explicou que desde 01 de janeiro de 2020 as autarquias locais passaram a estar sujeitas ao novo regime designado de SNC-AP. Tendo sido previsto um regime simplificado para as Microentidades, funcionando com base na NCP-26 - Norma de contabilidade Pública 26 designada de NCP-26, em que entra apenas a parte orçamental e não o campo patrimonial. Critério aplicável às autarquias locais, que nas duas últimas prestações de contas apresentem um montante global de despesa orçamental paga inferior ou igual a um milhão de euros. Foi com base nesta norma de contabilidade pública NCP-26 que o Tesoureiro desenvolveu e apresentou as contas. Sendo que, no ano de 2020 a despesa atingiu o valor de cento e noventa e oito mil cento e sessenta e nove euros e trinta e oito cêntimos e no ano de 2021 o valor de trezentos e cinquenta e um mil quatrocentos e noventa e cinco euros e cinquenta e cinco cêntimos. -----

-----João Leal por sua vez fez questão de dar uma explicação detalhada, da Demonstração de Execução Orçamental da despesa, essencialmente as rubricas que, na sua opinião, poderiam suscitar dúvidas, dando oportunidade a que os membros da Assembleia pudessem questioná-lo. Este concluiu que o total das despesas do ano de 2022 corresponde ao valor de duzentos e cinco mil setecentos e sessenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos. Resultante em saldo para a gerência a transitar para o ano de 2023 a quantia de sete mil quatrocentos e trinta e cinco euros e treze cêntimos. Deu nota que também foram entregues os mapas com a reconciliação bancária. Salientou que a Junta de Freguesia da Ribeirinha no ano de 2022 cumpriu com o Enquadramento Orçamental, previsto na lei 151/2015, de 11 de setembro, com base na norma NCP-26, referiu ainda que todas as



obras das despesas de capital estão inscritas no mapa plano Plurianual de Investimentos, mapa este disponibilizado aos membros da Assembleia. Quanto ao valor referido no Plano Plurianual de Investimento de apenas 52% de execução, João Leal explicou que este é influenciado por critérios contabilísticos como por exemplo o projeto apresentado para a zona de lazer que posteriormente foi recusado pela GRATER, mas que teve de estar inscrita no plano plurianual de investimento, e não tendo sido aprovado influenciou a percentagem da Execução. Depois do exposto, João Leal mais uma vez deixou à consideração de todos os membros da Assembleia para qualquer esclarecimento sobre o apresentado.-----

-----O Presidente da Assembleia considerou a boa explanação do Tesoureiro sobre a demonstração orçamental, mas pediu aos membros da Assembleia que esse ponto fosse abreviado em Ata, pois escrever detalhadamente tudo o que foi relatado é demasiado exaustivo.-----

-----Neste sentido Ana Costa aproveitou a oportunidade para também solicitar aos membros da Assembleia autorização para que não fosse necessário registar em Ata todos os valores de todas as rubricas contabilísticas que João Leal explicou em relação à demonstração da Execução Orçamental da Despesa e Receita, uma vez que todos os presentes têm em seu poder os mapas em causa.-----

-----Sobre o solicitado, todos os membros da Assembleia concordaram não ser necessário uma explanação detalhada, uma vez que todos têm acesso aos mapas.-----

-----Sobre o assunto, Emiliania Gaspar, apesar de considerar que “tudo o que vem é bem-vindo”, informou que o almoço de Natal habitualmente tinha lugar num restaurante ou hotel como forma de proporcionar um momento de convívio e partilha num lugar diferente do habitual e com uma ementa melhorada. Referiu que “muitos idosos têm pensões baixas, alguns, que eventualmente possam não ter pensões baixas, são pessoas que se calhar são mais agarradas ao dinheiro, olham mais a gastar neste tipo de coisas...” e, por isso, a oportunidade que a Junta tinha de fazer o almoço de Natal num lugar melhor era uma mais-valia para os idosos e para os voluntários, como forma de reconhecimento pelo trabalho que estes têm ao longo do ano. Durante o ano, são os voluntários que servem os lanches no Centros de Convívio, que metem mesas, lavam louças, lavam o chão, etc. Motivo pelo qual, considera que o Jantar de Natal deve ser uma oportunidade de reconhecer e valorizar este trabalho, fazendo com que neste dia também os voluntários possam descansar e desfrutar do almoço de Natal.-----

-----O Presidente da Junta interveio argumentando que “isto foi perguntado a eles, e as pessoas gostaram, disseram que tinha sido boa ideia fazer na sede, porque não tinham que se deslocar”.-----

-----Por conseguinte, António Toste afirmou ainda que esperava que fosse o Presidente da Junta a

explicar as contas sem ser necessário João Leal estar a ler os documentos, uma vez que os mesmos tinham sido enviados previamente e já haviam sido analisados previamente pelos membros da Assembleia. Disse ainda que as contas estão bem apresentadas, embora considere a falta dos mapas de fluxos de caixa desagregados (ao qual o tesoureiro respondeu que tinha visto todos os mapas, mas que por algum motivo podia ter-lhe escapado algum, mas que ia proceder à sua verificação). Este questionou o Tesoureiro, referindo que no ano de 2021 a despesa de investimento e a despesa corrente atingiram o montante de trezentos e cinquenta e um mil, comparativamente ao investimento realizado no ano de 2022 investiu-se menos 41%. Relativamente às contas apresentadas referentes ao ano de 2022, a previsão da receita prevista foi de trezentos e vinte e sete mil euros, tendo sido arrecadado menos 42% do total previsto. O valor do investimento atingiu 39% do previsto. Considerando o valor do investimento e da despesa corrente o montante investido ficou-se pelos 63%. Considerou ainda, comparando os anos citados em termos de investimento corrente e de capital, este ano de 2022 ficou muito aquém do ano anterior. Quanto à Demonstração de Execução Orçamental da Receita, António Toste questionou o porquê de na rubrica Animais só se ter cobrado dez euros quando o previsto era de quinhentos euros. Questionou também a rubrica do contrato de Delegações de Competências-Interadministrativo, em que estava previsto vinte mil euros e no período corrente só se recebeu dez mil euros. Pediu também explicação sobre os valores mencionados na rubrica sepulturas e jazigos, se este corresponde a um jazigo e a sete sepulturas. Questionou ainda o Tesoureiro sobre outras rubricas, às quais o Tesoureiro respondeu.-----

-----De forma a esclarecer o questionado sobre o valor registado na rubrica Animais o Tesoureiro disse ter dúvidas nesse valor disse ainda que a previsão foi baseada em orçamentos de anos anteriores, mas que tem dúvidas se tem algo mal classificado.-----

-----José Élio Ventura pediu para intervir, dando nota à baixíssima taxa de execução em relação ao que era previsto, quer do ponto de vista da receita quer do plano de investimento, comparando o ano de 2021 com o de 2022. De seguida, questionou sobre o relatório apresentado, se este foi executado pela SISDIAS ou pelo Executivo. Disse ter notado que na freguesia tem-se usado herbicida, interrogou assim, o Executivo sobre que tipo de herbicida é utilizado pela Junta e se este está dentro da legalidade. Questionou ainda sobre os trabalhos apresentados pela arquiteta Sónia Ormonde, se estes são no âmbito da sua atividade Pública, uma vez que esta trabalha para a Administração Pública ou se são a nível particular, visto que alguns documentos apresentam timbre oficial.-----

-----Sobre o relatório João Leal retorquiu que este foi executado pelo Executivo com o apoio da empresa de acessória contabilística.-----



-----Complementando o questionado, Alberto Melo salientou que é usado o herbicida Halvetic, segundo este é o que está atualmente autorizado no mercado. Quanto ao questionado sobre o trabalho da arquiteta, este disse que esta fez os projetos para as candidaturas nas obras Públicas de forma particular.-----

-----João leal disse que o grau de execução deste orçamento, está influenciado, ninguém executa o que não tem, pois foi inscrita uma obra que não havia garantia de receber o que influenciou assim, o grau de execução. Nas receitas surge os apoios para as obras em moradias inscritas, só foi executado parte, ficou ainda cerca de cinquenta e sete mil euros que estão no orçamento do ano passado e continuam este ano, enquanto as pessoas não executam as obras, o que influencia o grau de execução.-----

-----António Toste perguntou sobre o porquê de surgir no mapa de apoio às coletividades pelo Natal, uma coluna com referência a dados de janeiro de 2023. Pediu ainda explicação sobre o valor do betão mencionado no mapa da canada do capitão, dizendo que se fizer um apanhado dos metros com o valor referido em cada item, existe disparidade de valores. Deu nota à falta da assistência veterinária, dizendo que para tal deveria haver um contrato com um veterinário e isso ainda não foi concretizado. Este pediu ainda, explicação sobre o Apoio ao Boavista, referindo-se ao manifesto da campanha eleitoral, perguntou se é com trezentos euros que se pretende dar esse apoio. Questionou também, de acordo com o compromisso eleitoral, onde foi prometido a criação de um regulamento para o apoio às coletividades da freguesia, de forma a haver uma uniformidade, para que não haja disparidades e que até hoje está por concretizar.-----

-----João Leal respondeu que no mapa de apoios no Natal de 2022, surgiu uma coluna com movimentos efetuados em 2023, porque as Instituições só descontaram os cheques nesta data, explicou ainda que os espaços que aparecem em branco correspondem a débitos que ainda não foram concretizados. Quanto ao mapa das despesas da obra da Canada do Capitão, João Leal acrescentou que o valor do betão está correto, o que realmente pode não estar certo é a quantidade de metros referidos no mapa.-----

-----Relativamente à questão colocada por António Toste sobre a criação do regulamento de apoio às coletividades da freguesia, Alberto Melo respondeu que o Executivo está a trabalhar sobre este assunto.-----

-----Em face ao supra explanado, o Presidente da Assembleia levou o ponto três a votação. Tendo sido aprovado por maioria com quatro votos contra do grupo do partido socialista e cinco votos a favor do grupo do partido social-democrata.-----

Ponto quatro - Apreciação e eventual aprovação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023, bem como apreciação e eventual aprovação do Plano Plurianual de Investimentos 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta, tendo este remetido a palavra ao tesoureiro João Leal.-----

-----O Tesoureiro começo por confirmar o total da receita que resulta no valor de trinta e dois mil seiscentos e quarenta e nove euros. Este valor refere-se ao contrato interadministrativo de vinte mil euros com a Câmara Municipal, que este ano foi em três fases, tendo em conta os dez mil euros do ano passado com o protocolo com o turismo. O valor de dez mil euros referente ao ano passado e dos vinte e cinco mil e novecentos do contrato interadministrativo deste ano, vem reforçar a rubrica de despesa corrente nomeadamente com a conservação de edifícios, remoção de lixeiras. Os doze mil e quinhentos euros referentes ao contrato deste ano são para construção e reparação de edifícios e infraestruturas, mil e seiscentos euros para equipamentos de lazer. Afirmou ainda que ao abrigo desta revisão orçamental, procedeu-se à diminuição de uma verba de capital em sete mil setecentos e cinquenta euros, referente ao protocolo de habitação feito pelo Sr. Vítor Jorge, o qual desistiu do mesmo. Também foi refeita às rubricas próprias de capital o saldo transitado do ano passado de sete mil quatrocentos e trinta e cinco euros e treze cêntimos. Desse saldo, quatro mil quinhentos e cinquenta vão para reforçar a verba da senhora Maria Eugénia Couto. No remanescente, foram distribuídos quatrocentos e oito euros em outros investimentos, três mil trezentos e sessenta euros em equipamento informático, bem como o valor de dois mil cento e catorze euros para os viadutos, arruamentos e obras complementares.-----

-----António Toste interveio, perguntando quais os edifícios e equipamento que vão ser sujeitos a reparações. Disse também que a Junta não recebeu os vinte mil euros previsto no Protocolo do ano anterior, apenas receberam dez mil euros, havendo assim, um reforço de dez mil euros para o ano de 2023, atendendo que existe um novo Protocolo para ratificação. Chamou ainda a atenção para o reforço de verba efetuado aquando da quinta revisão ao orçamento, na assembleia de dezembro do passado ano de dois mil e vinte dois. Na qual foi aprovada a revisão orçamental relativa ao apoio à habitação sem que houvesse um documento/protocolo que justificasse o referido reforço de verba. Lembrou o caso do senhor Vítor Jorge, de acordo com a reunião da assembleia acima referida onde se aprovou um reforço de verba sem um documento justificativo e que agora por proposta do órgão executivo se aprovou uma diminuição da mesma verba. Insistiu, na sua opinião que, sempre que haja um reforço de verba ao orçamento será necessário um documento/protocolo de suporte que justifique a sua aprovação. No que se refere à obra da casa da Sra. Maria Eugénia, António Toste



entende que é obrigação da Junta realizar aquela obra, de acordo com o Protocolo estabelecido entre a Direção Regional da Habitação e a Junta de Freguesia. Perguntou pela situação da casa do Senhor António Ormonde, em que ponto de situação se encontra, visto que se tratava de um processo que estava quase concluído pelo anterior Executivo. Disse ainda que naquele caso, o apoio financeiro é da responsabilidade da Direção Regional da Habitação e não da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Solicitou assim, esclarecimento sobre esses três casos e ainda relativamente à reparação dos edifícios e equipamento de lazer.-----

-----João Leal assegurou que as rubricas mencionadas anteriormente são para construção de algum monumento, construção de miradouros, e dos edifícios da Junta. Sobre os equipamentos de lazer, o tesoureiro afirmou que se trata de equipamentos inclusivos para a escola. Relativamente à situação do Sr. Vítor Jorge, João Leal afirmou que tem um documento assinado e que foi para o governo Regional assinar. Disse ainda, que o SNC permite que mesmo com a ausência de assinatura por parte do governo, pode fazer-se revisão orçamental. Enquanto o contrato vai e vem, pode começar-se a obra e a fazer despesa.-----

-----Alberto Melo disse que o senhor Vítor Jorge não desistiu do processo de apoio à Habitação, apenas está com dificuldades na concretização do mesmo. Afirmou ainda que tem vinte e cinco casas nomeadas para o programa Primeiro Direito e que se está a tentar que a casa do Sr. Vítor Jorge fique ao abrigo deste projeto.-----

-----António Toste pediu se pode ter conhecimento da lista das pessoas que estão inscritas para o projeto ao abrigo do Primeiro Direito, perguntou também sobre o abrigo de passageiros, se vai ser construção ou se é dos já comprados feitos, onde será colocado e quem financia, a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

-----Alberto Melo respondeu que o abrigo de passageiros é participado pela candidatura à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, será um abrigo pré-fabricado e que será assente na Atalaia.-----

-----No que concerne ao ponto quatro o Presidente da Assembleia levou-o a votação, tendo obtido aprovação por maioria, com cinco votos a favor pelo grupo do partido social-democrata e quatro abstenções do grupo do partido socialista.-----

Ponto cinco - Ratificação de um contrato, tripartido, de atribuição e Gestão de apoio financeiro no âmbito do programa de apoio, entre a Direção Regional da Habitação, um particular José Duarte Gonçalves Pamplona e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 13 de junho de 2022.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente Alberto Melo e este por sua vez cedeu a à secretária do Executivo.-----

-----Helena Toste explicou tratar-se de um contrato já previsto na alteração orçamental da última Assembleia, apresentado novamente agora para ratificação devidamente assinado pelas partes intervenientes.-----

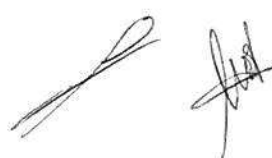
-----José Élio Ventura questionou o porquê da demora da ratificação deste contrato, disse estarmos a ratificar um contrato de apoio financeiro com a data de 13 de junho de 2022, ou seja, com quase um ano de atraso. Assegurou que quando é feito um protocolo, anteriormente à data do mesmo já foi feita a análise, as decisões administrativas, os montantes, ou seja, já está tudo resolvido, sendo assim, não é justificável essa demora para a ratificação do contrato. Disse ainda, que é ao Presidente da Junta que compete saber o motivo da demora de só agora o contrato estar apto à sua ratificação, uma vez que é do interesse da freguesia, em particular deste cidadão que esse tipo de contrato fosse ratificado mais breve de forma que fosse resolvido o seu problema. Deu ainda nota que com esse tipo de procedimentos de demoras para a resolução dos problemas a Região vai estagnar.-----

-----Alberto Melo argumentou que não foi por falta de interesse da sua parte, foi diversas vezes aos órgãos competentes, disse ainda que foi tudo sempre com muita burocracia e com muita demora.--

-----Posto isto, o Presidente da Assembleia levou o ponto cinco a votação, sendo este aprovado por unanimidade.-----

Ponto seis - Ratificação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências Anuais celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 02 de janeiro de 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao senhor Presidente da Junta, este salientou que este contrato visa a delegação de competência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo na Junta de Freguesia da Ribeirinha no que diz respeito a gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes, assegurar a limpeza das vias e espaços públicos municipais, incluindo os caminhos agrícolas, nomeadamente bermas, sarjetas e sumidouros; manter, reparar, substituir e remover o mobiliário urbano instalado no espaço no espaço publico municipal; limpeza, manutenção e conservação da orla costeira, de linhas de água, ribeiras e grotas dentro das zonas delimitadas como urbanas. Complementou dizendo que este Contrato é de trinta e seis mil e seis euros e dezoito cêntimos e que teve um acréscimo de três e mil euros em comparação com o do ano passado, disse ainda, que a Junta tem de apresentar os relatórios trimestrais com a avaliação da execução do contrato.-----



-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia sujeitou esta ratificação a votação. Tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto sete - Ratificação do Protocolo celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 02 de janeiro de 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta. Este explicou que o protocolo em causa tem por objeto a cooperação financeira entre as partes com vista a fazer face aos encargos inerentes à inumação (colocação do cadáver em sepultura ou jazigo), em que a Camara de Angra apoia em cinquenta euros por cada inumação, com pagamento trimestral mediante a apresentação do boletim de óbito.-----

-----O Presidente da Assembleia submeteu o ponto sete a votação, tendo obtido aprovação por unanimidade.-----

Ponto oito - Ratificação do Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 10 de fevereiro de 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta, este salientou que este contrato tem por objeto a remoção de lixeiras ilegais, a proteção e limpeza da orla costeira, conservação, limpeza de margens e leitos ribeiras e grotas e reparação e manutenção de miradouros, no total de cinco mil e novecentos euros, pago numa única trans.-----

-----O Presidente da Assembleia sujeitou a ratificação deste ponto a votação. Tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto nove - Ratificação do Contrato-Programa celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 10 de fevereiro de 2023; com o objeto de cooperação financeira entre os outorgantes tendo em vista a construção, reparação e manutenção de edifícios e outras estruturas.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta e este explicou o objeto do contrato, sendo este apoio financeiro no valor de doze mil e quinhentos euros.-----

-----Nada mais havendo a referenciar sobre este ponto, o Presidente da Assembleia, sujeitou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto dez - Ratificação do Contrato-Programa celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 10 de fevereiro de 2023; com o objeto de cooperação financeira entre os outorgantes tendo em vista a construção, reparação e manutenção de equipamentos e lazer.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta e este apenas acrescentou que o apoio de natureza financeira é no valor de mil e seiscentos euros.-----

-----Não havendo dúvidas por parte da Assembleia, o Presidente da mesma, sujeitou a ratificação a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto onze - Ratificação do Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 15 de março de 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta e este esclareceu que o presente contrato interadministrativo tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo na Junta de Freguesia da Ribeirinha visando o contrato celebrado pelos outorgantes em 23 de fevereiro 2022, tendo em vista a execução de conservação dos edifícios afetos à Junta, remoção de lixeiras ilegais, proteção e limpeza da orla costeira, requalificação e conservação de ribeiras e grotas, construção e manutenção de miradouros, construção, reparação e manutenção de equipamentos de lazer. Os recursos financeiros cifram-se na transferência pelo Município de Angra do Heroísmo a favor da Junta de Freguesia da Ribeirinha no montante de vinte mil euros, tendo sido pago a primeira tranche em 18 de março 2022, no valor de dez mil euros e o 2º pagamento será executado no decurso do ano de 2023, numa única tranche.-----

-----José Élio Ventura tentou transmitir que pelo número de protocolos e contratos entre a Câmara Municipal de Angra e a Junta de freguesia da Ribeirinha, o Executivo da Junta deverá ter consideração pela sua participação na freguesia e que quanto ao Governo Regional que era esperado uma melhor colaboração, isto não tem acontecido.-----

-----Em resposta ao exposto por José Élio Ventura, João Leal interveio dizendo que nunca ouviram pela parte do Executivo da Junta falar mal da Câmara de Angra do Heroísmo, acrescentou que sempre houve um bom relacionamento com a Câmara e seus vereadores.-----

-----José Élio Ventura retorqui e confirmou que em Assembleia de Freguesia nunca houve reclamações direcionadas à Câmara, mas que pelo que se ouve no geral, disse que há a partilha da ideia de que a Câmara não ajuda a Junta de Freguesia.-----

-----O Presidente da Assembleia sujeitou este ponto a votação para efeitos de ratificação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto doze - Ratificação do Contrato-Programa n.º 005/2023, celebrado entre a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 31 de março de 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta e este explicou que este

contrato tem como objeto a aquisição e montagem de um abrigo de passageiros na Atalaia. O valor da comparticipação financeira a atribuir será de dois mil seiscientos e quarenta e oito euros e oitenta e seis cêntimos, e que esta será paga em duas prestações.-----

-----De seguida, o Presidente da Assembleia, sujeitou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Ponto treze - Apreciação e votação do Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, aprovado pelo Junta da Ribeirinha, em 11 de abril de 2023.-----

-----O Presidente da Assembleia deu nota de que houve um lapso na convocatória em que foi mencionada que o plano tinha sido aprovado em sessão da Junta a data em 10 de abril quando foi a 11 de abril de 2023. Este cedeu a palavra ao Presidente da Junta e este passou-a ao tesoureiro João Leal.-----

-----O Tesoureiro explicou que o plano de Riscos de Corrupção e Infraestruturas conexas passou a ser instrumento obrigatório e tem por objetivo tal como o nome indica identificar as áreas de risco de corrupção e infrações conexas a cada área da atividade, estabelecer medidas preventivas, que salvaguardem a inexistência de corrupção e definir e identificar os responsáveis pela implementação e gestão do plano.-----

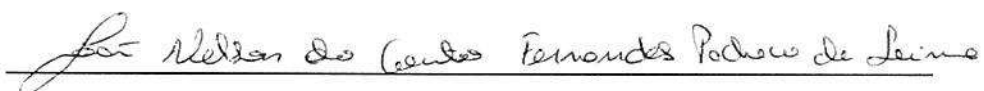
-----Não havendo qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da mesma, colocou o ponto treze a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Seguidamente, o mesmo solicitou à secretária Ana Costa a leitura da minuta das deliberações tomadas. Esta procedeu à respetiva leitura, tendo sido esta, aprovada pelos membros da Assembleia de Freguesia, de forma unânime. Sendo assim, esta foi assinada pela Mesa da Assembleia.-----

-----O Presidente da Assembleia, recordou algumas notas a ter em atenção para o Executivo da Junta de Freguesia, nomeadamente: numerar as páginas da declaração das atividades da Junta, enviar à Mesa da Assembleia a cópia do ofício enviado ao IROA, bem como o *email* de resposta e a lista de eventuais beneficiários do programa 1º direito, para posterior envio aos membros da Assembleia. Referiu ainda que para a próxima reunião, o Executivo deve facultar o mapa dos fluxos de caixa desagregados e ainda clarificar a questão das taxas dos animais.-----

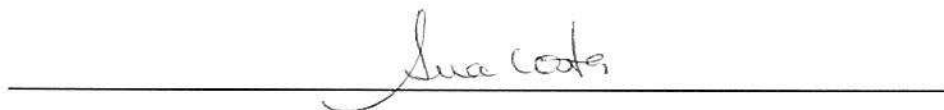
-----O Presidente da Assembleia salientou ainda, este ser o momento para a intervenção do público, mas dado não ter havido público presente e não havendo mais nada a tratar, agradeceu aos presentes a forma como decorreu a Assembleia e deu os trabalhos como encerrados pelas vinte e três horas e cinquenta e sete minutos.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia,



(João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima)

A 1ª Secretária da Assembleia de Freguesia,



(Ana Maria Gomes Codorniz Costa)